



GESTÃO DE DADOS E INOVAÇÃO PÚBLICA: O USO DA JURIMETRIA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS

Ana Clara Vieira Abrantes¹

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da jurimetria como instrumento de inovação pública na gestão do sistema de justiça, com ênfase no processo de formulação e avaliação de políticas judiciárias baseadas em evidências. O estudo parte do seguinte problema de pesquisa: de que forma a jurimetria pode contribuir para aprimorar a eficiência, a transparência e a racionalidade das decisões administrativas no Poder Judiciário brasileiro? Essa indagação decorre do reconhecimento de que o avanço tecnológico, aliado ao crescimento exponencial dos dados processuais, tem transformado profundamente as práticas de planejamento e gestão do sistema de justiça, impondo a necessidade de uma governança orientada por dados e pela inovação. Nesse contexto, a jurimetria compreendida como a aplicação de métodos estatísticos, matemáticos e analíticos ao estudo do Direito emerge como ferramenta estratégica para compreender padrões de litigância, avaliar a produtividade judicial e aperfeiçoar a eficiência institucional. Ao traduzir o comportamento processual em informações quantificáveis, a jurimetria oferece subsídios objetivos para a formulação de políticas públicas mais racionais, transparentes e alinhadas às demandas sociais. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisados relatórios e bases de dados oficiais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), produzidos entre 2020 e 2024, com foco nos projetos DataJud e Justiça em Números, considerados referências na gestão e sistematização de dados do Judiciário. A seleção documental seguiu critérios de relevância temática, contemplando documentos que apresentassem indicadores de produtividade, litigância repetitiva, taxa de congestionamento processual e alocação de recursos humanos e tecnológicos. O objetivo foi compreender como o uso da jurimetria e da inteligência de dados tem sido incorporado às estratégias de modernização e eficiência administrativa no âmbito judicial. Os resultados indicam que a jurimetria tem contribuído para o aprimoramento da gestão judiciária ao permitir maior previsibilidade, racionalidade e transparência nas decisões administrativas. O uso de ferramentas analíticas tem favorecido a identificação de gargalos operacionais, o mapeamento de demandas repetitivas e a otimização da distribuição de recursos, promovendo uma atuação mais estratégica e orientada por evidências. Além disso, os relatórios analisados demonstram que a adoção de práticas jurimétricas fortalece a *accountability* institucional, amplia a capacidade de planejamento e impulsiona a cultura de inovação no serviço público. A discussão ressalta, contudo, que o avanço da jurimetria deve ser acompanhado de salvaguardas éticas e jurídicas. Destacam-se a importância da proteção de dados pessoais, da neutralidade dos indicadores e do respeito à independência judicial, a fim de evitar que a estatística se sobreponha ao conteúdo normativo e valorativo das decisões.

¹ Ana Clara Vieira Abrantes (<http://lattes.cnpq.br/7373717137002075>), Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Sousa, PB, Brasil, anaclaravabrantes@gmail.com

Conclui-se que a integração entre jurimetria, gestão de dados e inovação pública representa um passo decisivo rumo à consolidação de um Judiciário mais inteligente, transparente e eficiente, capaz de responder aos desafios contemporâneos com base em evidências empíricas e no compromisso com a efetividade dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Jurimetria. gestão de dados no judiciário. justiça digital.

